

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 19 de fevereiro de 2021 às 07h29
Seleção de Notícias

Economia & Negócios -Estadão.com | BR

Pirataria

Fintech oferece possibilidade de ganhar dinheiro com direitos de músicas 3
ECONOMIA | O ESTADO DE S.PAULO | FABRÍCIO DE CASTRO

O Globo | BR

19 de fevereiro de 2021 | Direitos Autorais

Facebook é alvo de críticas por bloquear notícias na Austrália 6
ECONOMIA

G1 - Globo | BR

Software

STF confirma incidência de ISS em vez de ICMS sobre licenciamento ou direito de uso de software 8
TECNOLOGIA

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

Entenda a lei que está por trás da briga entre Facebook e Austrália e por que ela é um divisor de águas na internet 10
ECONOMIA | REUTERS

BOL - Notícias | BR

Pirataria

Análise: Serviços de streaming enfim acordaram para a pirataria 12

UOL Notícias | BR

Direitos Autorais

YouTube derruba jogo em canal oficial da NBA por direitos autorais da Globo 14
ESPORTES

Jornal da USP | SP

Denominação de Origem

Conferência debate importância das indicações geográficas 15
THAIS CARDOSO

Migalhas | BR

16 de fevereiro de 2021 | ABPI

MIGALHAS nº 5.041 16

Fintech oferece possibilidade de ganhar dinheiro com direitos de músicas

ECONOMIA



BRASÍLIA - Com 318 milhões de execuções somente na plataforma de vídeos **YouTube**, a música **Parado** no Bailão é um dos sucessos recentes do funk nacional. E pelos próximos três anos, sempre que a música passar por execução pública, como em shows ou casas noturnas, ou digital, como em plataformas de streaming, um grupo seleto de investidores receberá os royalties ligados a seus **direitos** autorais.

Isso porque a música que explodiu na interpretação de MC Gury e MC L da Vinte faz parte de um catálogo da gravadora CP9/Akira, referência no funk brasileiro, que foi negociado com a **Hurst Capital**.

Fintech de São Paulo especializada em investimentos alternativos, a Hurst é a primeira empresa brasileira a estruturar operações com royalties musicais, um mercado que começa a ganhar corpo também no exterior. O negócio consiste em adquirir ativos reais - como os direitos de obras musicais - e repassar esses recebíveis a investidores.

Nesse caso específico, a Hurst adquiriu os direitos de obras de compositores ligados à CP9/Akira, como **Parado** no Bailão, além dos royalties de músicas a serem lançadas no futuro. A entrega mínima é de 22 novas músicas por mês. A CP9/Akira atua em gêneros musicais como funk, trap, hip hop/rap e regional mexicano.

Com os direitos em mãos, a Hurst estruturou a operação no formato de crowdfunding (investimento coletivo). Por meio dele, interessados podem investir a partir de R\$ 10 mil para receber, em troca, os royalties das músicas. Após três anos, os direitos serão

revendidos.

Toda vez que a música é executada publicamente, o **Escritório** Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), responsável pelo recolhimento e distribuição dos **direitos** autorais das músicas no Brasil, envia à Hurst e aos investidores os valores referentes aos royalties. Quando a música toca em plataforma digital - como YouTube, Spotify e Deezer - a **União** Brasileira de Editoras de Música (Ubem) é a responsável pelo envio de royalties.

Para atuar como plataforma de crowdfunding, a Hurst tem autorização da **Comissão** de Valores Mobiliários (CVM). Operações como a de royalties de músicas também precisam obedecer à Instrução CVM nº 588, que trata de crowdfunding de investimento. Ao Estadão, a CVM confirmou que Hurst está autorizada a operar nesse formato e disse que não há denúncias, reclamações ou investigações contra a empresa.

"Fundamos a empresa em 2017 ao vermos o movimento que estava ocorrendo em outros países. Nos Estados Unidos e na Europa, havia trilhões de dólares aplicados em juros negativos. Então, grandes fundos institucionais estavam migrando parte de suas carteiras para ativos alternativos", explica Arthur Farache, presidente e um dos fundadores da Hurst. Advogado com passagens pelo Citibank e pelo escritório Machado Meyer, Farache fundou a fintech em sociedade com Leonardo Viana, ex-Starwood Capital e Brookfield, e Carlos de Carvalho, com passagens por IBM e B3.

Segundo Farache, a busca por aplicações alternativas abriu oportunidades também no Brasil. "Olhamos o cenário e vimos que se o País elegesse um presidente alinhado com o mercado, teríamos uma queda na taxa de juros. Isso acabou acontecendo", afirma.

Continuação: Fintech oferece possibilidade de ganhar dinheiro com direitos de músicas

Alternativas à taxa de juros baixa

Com a **Selic** (a taxa básica de juros) em **2%** ao ano, no menor nível da história, parte dos investidores passou a buscar alternativas para fazer render suas carteiras. A aplicação em royalties de músicas é uma das novidades. A Hurst também formata operações ligadas a créditos de ativos judiciais e precatórios (valores devidos a pessoas físicas ou jurídicas após sentença definitiva na Justiça).

O cenário base da operação de funk da Hurst projeta um retorno de 15,75% ao ano (fora taxas, mas sem considerar o pagamento de impostos). No cenário pessimista - que pressupõe menos execuções que o esperado nos próximos três anos - o retorno projetado é de 11,13% ao ano.

Retornos assim são, atualmente, superiores aos da renda fixa tradicional. No ano passado, os fundos de renda fixa registraram ganho médio de 2,37% ao ano no Brasil e a caderneta de poupança rendeu 2,12% ao ano.

Ao montar as operações, a Hurst considera o histórico de reprodução das obras nos últimos cinco anos. Após lançada, uma música atinge picos de veiculação e, depois, costuma deixar de ser tão buscada em plataformas de streaming. Isso é mais intenso no caso do funk - gênero que possui sucessos passageiros e volume grande de lançamentos. Por esse motivo, a Hurst decidiu adquirir também os direitos de músicas a serem lançadas.

Caso surja um grande sucesso, os retornos podem ser até maiores. Em operações anteriores, foram adquiridos apenas royalties de músicas já existentes - algumas delas clássicas.

Antes do funk, a startup adquiriu os direitos de obras do cantor **Paulo** Ricardo, ex-RPM e ícone do rock nacional. Estão na lista de 590 obras sucessos como **Rádio** Pirata, **Olhar** 43 e **Vida** Real, música de abertura do Big Brother Brasil (BBB), da Rede Globo. A

operação ligada a Paulo Ricardo captou R\$ 102 mil em investimentos.

A fintech também captou R\$ 799,8 mil em investimentos ligados à obra do pianista João Luiz de Avellar, compositor de MPB e bossa nova, e R\$ 1,899 milhão em operação vinculada ao compositor Philippe Pancadinha, autor de músicas sertanejas e pagodes. É dele o sucesso **Largado** às Traças, dos sertanejos Zé Neto e Cristiano, com 798 milhões de visualizações apenas no YouTube. A operação ligada à CP9/Akira já captou R\$ 1,280 milhão.

Os valores ainda são baixos para o mercado brasileiro, mas a experiência internacional sugere que há espaço para crescer. Lá fora, algumas operações com royalties de músicas já movimentam milhões de dólares.

Um dos exemplos envolve o compositor Bob Dylan - ícone norte-americano e vencedor do prêmio Nobel de Literatura em 2016 -, **que** no fim de 2020 vendeu seu catálogo de músicas para a Universal. O valor da operação foi estimado em mais de US\$ 300 milhões.

No ano passado, o Hipgnosis Songs Fund, fundo de investimentos voltado para a aquisição de royalties e propriedades intelectuais, arrecadou no Reino Unido 236 milhões de libras na venda de ações, com o objetivo de financiar a compra de músicas. Na plataforma **Royalty** Exchange, também é possível comprar e vender royalties ligados a artistas internacionais.

Investimento em royalties de músicas O que é?

O investimento em royalties de músicas tem crescido em outros países e já pode ser feito no Brasil. A operação consiste na compra dos direitos que recaem sobre a obra (composição) e o fonograma (gravação). Os interessados podem aplicar recursos nesses direitos por meio de crowdfunding (investimento coletivo).

Continuação: Fintech oferece possibilidade de ganhar dinheiro com direitos de músicas

Qual o retorno?

O retorno dos investidores está ligado ao pagamento pela veiculação da música em locais públicos e por meio de plataformas digitais. Assim, quanto mais tocada uma música no Spotify ou no Deezer, por exemplo, maior o repasse. Algumas operações projetam retorno anual na casa dos dois dígitos.

Qual o risco?

O risco das operações é o de propriedade intelectual. Entre os fatores que podem influenciar o retorno estão: possibilidade de surgirem novos métodos de **pirataria** e **falsificação**; mudanças da política de remuneração do Ecad; execuções em número menor

que o esperado; alterações no cenário econômico que reduzam o número de eventos culturais.

Diversificação

O investimento em ativos alternativos - entre eles, os royalties de músicas - tem riscos diferentes dos envolvidos em aplicações como fundos de renda fixa ou ações. Por isso, essa possibilidade tem sido acessada em outros países por quem deseja diversificar suas aplicações.

Facebook é alvo de críticas por bloquear notícias na Austrália

ECONOMIA



Serviços de emergência também ficam fora do ar. Para premier, ato mostra que 'big techs' se acreditam acima da lei

SYDNEY E NOVA YORK

A decisão do Facebook de bloquear compartilhamento de notícias em sua plataforma na Austrália provocou forte reação do governo australiano, de especialistas e ONGs de vários países. E tornou ainda mais evidente a briga travada entre as chamadas big techs e os esforços de autoridades públicas para conter seu poder.

A rede social - que o premier australiano, Scott Morrison, classificou de "arrogante" - decidiu boicotar produtores de notícias em retaliação a uma nova lei que entrará em vigor no país, pela qual as plataformas digitais serão obrigadas a remunerar a mídia local pelo uso de seu conteúdo.

Só que o bloqueio atingiu não apenas reportagens: publicações de serviços de utilidade pública, que usam o Facebook para informar a população sobre riscos de incêndios florestais e ciclones, comuns nesta época do ano, foram apagadas, além de informações oficiais sobre a Covid-19.

Morrison usou a própria rede social para expressar sua crítica: "As ações do Facebook de hoje (ontem), cortando informações essenciais sobre serviços de saúde e emergência, foram arrogantes e decepcionantes. Isso apenas confirma a preocupação que um número cada vez maior de países está expressando sobre o comportamento das big techs, que se acham superiores aos governos e acima das leis."

O premier acrescentou estar discutindo a questão com líderes de outros países.

Para a ONG de direitos humanos Human Rights Watch, a ação do Facebook "é alarmante e perigosa". Já braço australiano da ONG Save the Children, cuja página também ficou fora do ar, alertou para o impacto na obtenção de fundos para ajudar crianças.

'ADOLESCENTE PETULANTE'

Segundo o Washington Post, com a decisão da rede social, nenhuma notícia produzida na Austrália poderá ser vista por usuários do Facebook em qualquer lugar no mundo. E nenhum usuário do Facebook na Austrália poderá ter acesso, pela plataforma, a qualquer conteúdo noticioso, mesmo de outros países.

A especialista em **internet** Tama Leaver, da Universidade de Curtin, foi irônica:

- O Facebook tem 17 anos. E um adolescente petulante. Mas quando a comunicação global é parte do que acontece na sua plataforma, não dá para ter um surto de raiva disse ela à Reuters.

A reação contra a decisão do Facebook foi global. No Twitter, internautas resgataram a hashtag #DeleteFacebook, criada quando do escândalo da Cambridge Analytica.

- Já passou da hora de os governos de todo o mundo limitarem o poder de mercado das plataformas - disse Dietmar Wolff, presidente executivo da Associação Alemã de Editores de Jornais e Editores Digitais.

No Reino Unido, o Guardian Media Group, dono do jornal Guardian, afirmou que o bloqueio de notícias no Facebook "abre caminho para a disseminação de desinformação". E defendeu o papel dos governos em "estabelecer uma regulamentação justa e transparente para as plataformas on-line".

O presidente do Comitê Digital, Cultura, Mídia e Esporte do Parlamento britânico, Julian Knight, comparou a ação do Facebook aos atos de um "garoto valentão" e disse que o que houve na Austrália vai estimular legisladores de todo o mundo a adotarem regras mais estritas:

- Se o Facebook acha que pode agir dessa forma, vai enfrentar a mesma ira de que foram alvo as gigantes do petróleo e do tabaco.

O Código de Negociação da Mídia foi elaborado pelo governo australiano para resolver o desequilíbrio de poder entre as big techs e os editores sobre o uso do conteúdo de notícias. Pelo código, Facebook e Google serão obrigados a fazer acordos com as empresas de mídia australianas. Se não houver acordo, um mediador entraria em cena.

-

ENTENDA A POLÊMICA

Nova legislação

O Código de Negociação da Mídia, que entrará em vigor na Austrália nos próximos dias, foi elaborado pelo governo o órgão regulador da concorrência do país para lidar com a desequilíbrio de poder entre as gigantes de tecnologia, como Facebook e Google, e as

Continuação: Facebook é alvo de críticas por bloquear notícias na Austrália

editoras.

Remuneração

A legislação prevê que as partes negociem o pagamento por uso de notícias nas plataformas das big techs. Os acordos podem ser individuais ou coletivos. Se não houver consenso, o governo australiano nomeará um árbitro, que decidirá qual oferta é mais razoável. Se as big techs quebrarem qualquer acordo, podem ser multadas em até 10 milhões de dólares australianos (US\$ 7,4 milhões).

Algoritmos

A lei também exige que as empresas de tecnologia avisem aos meios de comunicação quando mudarem os algoritmos de busca, caso isso afete a ordem em que o conteúdo aparece nos sites. As big techs devem ainda compartilhar os dados de consumidores extraídos a partir da leitura das notícias em suas plataformas.

Lei de concorrência

A Austrália usou a lei de concorrência para redigir o código, com o argumento de que essa abordagem é mais eficaz que a legislação de **direitos** autorais, que serve de base para medidas adotadas em outros países, incluindo a União Europeia.

Reação das empresas

O Facebook diz que a lei "interpreta mal" a relação entre a rede social e as editoras, afirmando que o tráfego que atrai para elas tem valor significativo. Na quarta-feira, bloqueou o acesso a notícias em sua plataforma. Já o Google, que chegou a ameaçar retirar seu site de busca da Austrália, acabou fechando acordos com algumas editoras do país.

STF confirma incidência de ISS em vez de ICMS sobre licenciamento ou direito de uso de software

TECNOLOGIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (18), por 7 votos a 4, que o licenciamento ou a cessão de direito de uso de programas de computador (softwares) devem ser tributados pelo Imposto Sobre Serviços (ISS, municipal) e não pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual).

O julgamento tinha sido interrompido em novembro por um pedido de vista (mais tempo para analisar o caso) do ministro Nunes Marques com placar de 7 a 3 pela não incidência do ICMS.

Nesta quinta, Nunes Marques votou a favor da cobrança. "A meu ver, caberia, a partir de uma personalização maior ou menor do programa de computador, verificar a incidência do ISS ou do ICMS, sempre tendo por norte o conteúdo da contratação, se voltado para o serviço ou ao fornecimento de mercadoria", afirmou.

O plenário ainda deve definir se valores já cobrados poderão ser contestados ou devolvidos, o que deve ocorrer na próxima sessão do Supremo, marcada para a quarta (24).

O STF julgou uma ação da Confederação Nacional de Serviços (CNS), que questionou legislação de Minas Gerais sobre o tema, sob o argumento de que os programas já estão sob a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Por isso, os softwares estariam sendo tributados duas vezes, o que é proibido pela Constituição.

De acordo com a CNS, tanto a elaboração de programas de computador quanto o licenciamento ou cessão de direito de uso são considerados serviços e, como tais, pertencem ao campo de incidência do ISS.

A competência para arrecadação do ISS é única e ex-

clusiva dos municípios e do Distrito Federal. O ICMS é arrecadado pelos estados e pelo DF.

A CNS apontou ainda um "impacto sem precedentes" para o setor de informática e os municípios se o Supremo tivesse decidido a favor do ICMS, "acarretando inclusive o aumento do custo do **licenciamento** de software para o consumidor final".

A Associação Brasileira de Empresas de Software (Abes), interessada na ação, afirmou que as leis de Minas pretendem equiparar "um aplicativo pelo qual um cientista, após décadas de pesquisas, faz um diagnóstico de saúde a uma carga de soja ou de ferro" e que o software jamais será mercadoria.

O relator do pedido, ministro Dias Toffoli, votou pela exclusão das atividades ligadas a software da incidência do ICMS.

Para Toffoli, houve uma escolha legislativa de fazer incidir o imposto municipal, e não o estadual, sobre o licenciamento ou a cessão de direito de uso de programas de computador.

"O simples fato de o serviço encontrar-se definido em lei complementar como tributável pelo ISS já atrairia, em tese, a incidência tão somente desse imposto sobre o valor total da operação e afastaria a do ICMS", afirmou.

Ainda segundo o ministro, para que ocorra o fato gerador do imposto estadual, é preciso que haja "transferência de propriedade do bem, o que não parece ocorrer nas operações com software que estejam embasadas em licenças ou cessões do direito de uso".

O voto foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, o decano Marco Aurélio Mello

Continuação: STF confirma incidência de ISS em vez de ICMS sobre licenciamento ou direito de uso de software

e o ministro Luiz Fux. Os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, e agora Nunes Marques, tiveram entendimento oposto.

O plenário também analisou em conjunto uma ação contra lei de Mato Grosso sobre o mesmo tema. Nessa ação, a relatora, ministra Cármen Lúcia, também votou pela manutenção da cobrança do ICMS, sob o fundamento de que programas de computador não são equivalentes a prestações de serviços.

"As operações mercantis que façam circular licenças ou cessões de uso de determinados programas de computador, permitem a incidência do ICMS", disse a ministra.

O ministro Gilmar Mendes votou a favor de que softwares padronizados, ou seja, que são distribuídos em massa, tenham cobrança do ICMS, enquanto os programas personalizados, com alterações, tenham incidência do ISS.

Nesse caso, seis ministros votaram segundo o entendimento do ministro Dias Toffoli. Cármen Lúcia, Fachin, Gilmar Mendes e Nunes Marques votaram para manter a incidência.

VÍDEOS: notícias de economia

200 vídeos

Entenda a lei que está por trás da briga entre Facebook e Austrália e por que ela é um divisor de águas na internet

ECONOMIA



O que diz a lei?

O chamado "Law" foi elaborado pelo governo australiano e pelo órgão regulador da concorrência do país para lidar com um desequilíbrio de poder entre as gigantes de mídia social, como Facebook e Google, e as editoras. Ele prevê que as partes negociem o pagamento por uso de notícias nos sites dessas empresas.

Entrevista:

Os acordos comerciais podem ser individuais ou coletivos. Caso não chegassem a um consenso, um árbitro nomeado pelo governo australiano decidirá qual oferta é mais razoável. Se as big techs quebrarem qualquer acordo resultante dessa negociação, podem ser multadas em até 10 milhões de dólares australianos (US\$ 7,4 milhões).

A lei também exige que as empresas de tecnologia avisem aos meios de comunicação quando mudarem os algoritmos de busca, caso isso afete a ordem em que o conteúdo aparece nos sites.

As big techs devem ainda compartilhar o uso de dados de consumidores extraídos a partir da leitura das notícias em suas plataformas.

Entrevista:

A princípio, o código proposto será aplicado ao Facebook e ao Google, embora o regulador local tenha dito que provavelmente outras empresas de tecnologia serão adicionadas.

Em que a abordagem da Austrália é diferente?

A Austrália usou a lei de concorrência para redigir o Código de Negociação da Mídia, uma abordagem



SIDNEY O na sua plataforma para usuários australianos, acirrando a tensão com o governo da Austrália. Mas o que está por trás dessa briga? Uma nova lei que exige que as plataformas digitais paguem pelo conteúdo pelo uso do conteúdo noticioso

'Fui vazado'?

A lei, que deve entrar em vigor nos próximos dias no país, vem sendo apontada como um divisor de águas na batalha entre as big techs e os produtores de conteúdo. Por isso, vem sendo acompanhada no mundo todo.

Após bloquear as notícias na Austrália, feitas por políticos, acadêmicos e ONGs.

Continuação: Entenda a lei que está por trás da briga entre Facebook e Austrália e por que ela é um divisor de águas na internet

que o órgão regulador argumentou ser muito mais eficaz do que a legislação de **direitos** autorais, que serve de base para medidas adotadas em outros países, incluindo a União Europeia.

Linha do tempo:

A diferença entre as duas abordagens pode ser observada nos acordos recentes fechados com o Google por editoras australianas e por agências de notícias na França. O governo francês foi o primeiro entre os membros da UE a fazer esses acordos com base em uma nova diretiva do bloco sobre **direitos** autorais.

As duas maiores emissoras de televisão aberta da Austrália fecharam acordos no valor US\$47 milhões por ano. Considerando o ganho por meio de comunicação, o valor é bem maior que o acertado na França.

No país europeu, o valor que o Google vai pagar é US\$ 76 milhões, mas ele será dividido entre 121 editoras ao longo de três anos, o que representa uma média de US\$ 209 mil anuais por veículo, segundo a Reuters.

Viu isso?

Por que a disputa se intensificou?

A legislação proposta pelo governo australiano atingiu um ponto crítico, com amplo apoio no Parlamento, onde se espera que a lei seja votada em breve.

Nos últimos anos, a receita das empresas de mídia tradicionais que operam na Austrália sofreu forte impacto devido à redução de assinaturas e publicidade. Para cada 100 dólares australianos gastos em publicidade on-line na Austrália, excluindo classificados, quase um terço vai para Google e Fa-

cebook, disse o regulador da concorrência do país.

Guerra digital:

A decisão do Facebook de bloquear a exibição e compartilhamento de notícias em sua plataforma no país é uma retaliação à futura lei porque vai resultar no pagamento de milhões ou bilhões de dólares à mídia local, como está fazendo o Google.

O que alega o Facebook?

O Facebook diz que a lei interpreta mal a relação entre a rede social e as editoras. A empresa de Mark Zuckerberg afirma que sua plataforma gera bilhões de referências gratuitas para editoras australianas que valem somas significativas para essas companhias.

Curto reinado:

No entanto, o Google, de propriedade da Alphabet, recuou da ameaça de retirar seu principal mecanismo de busca da Austrália se a lei fosse adiante. Em vez disso, fechou acordos com algumas das principais editoras comerciais do país.

Eles incluem um acordo global com a News Corp por uma quantia não revelada em um dos acordos mais extensos desse tipo com a gigante de buscas.

A Austrália já travou longas batalhas com grandes corporações. Em 2012, o então governo de centro-esquerda se tornou o primeiro do mundo a proibir as empresas de cigarros de usar designs em suas embalagens para atrair consumidores. As grandes empresas de tabaco lançaram ações legais, mas os tribunais acabaram por apoiar a lei.

Análise: Serviços de streaming enfim acordaram para a pirataria



Até que demorou alguns anos, mas a ficha caiu para os executivos do streaming: finalmente líderes de grandes empresas como Netflix, Globoplay, Amazon, e Disney perceberam os bilhões (sim, bilhões!) que estão tendo de prejuízo devido à **pirataria**.

Essas empresas finalmente estão entrando numa batalha inglória que vem sendo travada solitariamente há mais de 20 anos somente por canais pagos, a ABTA (Associação Brasileira das TVs por Assinatura), a Receita e as Polícias Federal e Civil.

Relacionadas Assista: Consumo de streaming explode no Brasil em um ano Assinar combo de streaming já custa tanto quanto a TV paga TV paga perdeu quase 800 mil assinantes em 2020 .blogs-and-columns-recommendation *{transition:none!important}.blogs-and-columns-recommendation .related-content{visibility:hidden}.blogs-and-columns-recommendation:not(.component-ready).skeleton{min-height:386px;border-top:solid 1px rgba(51,51,51,.08);border-bottom:solid 1px rgba(51,51,51,.08);background-image:url(http://conteudo.imguol.com.br/c/_layout/v3/blogs-and-columns-recommendation/skeleton/bg-loading.png?v3)};margin-bottom:40px}@media (max-width:767px){.blogs-and-columns-recommendation:not(.component-ready).skeleton{min-height:420px;back

ground-image:url(http s://conteudo.imguol.com.br/c/_layout/v3/blogs-and-columns-recommendation/skeleton/bg-loading.png?v3)}}Colunistas do UOL

E quando falamos em prejuízo bilionário, ponham bilionário nisso:

Explico: o último estudo que estimou os prejuízos causados pela **pirataria** no Brasil é de 2018, e ele praticamente só açambarcava os canais pagos e (ainda) a **pirataria** de DVDs.

Esse trabalhoso estudo cruza dados do Censo, do ibope, e ainda inclui uma pesquisa com o telespectador pelo Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Estudo caro

O estudo com o Pnad é o mais completo a respeito da **pirataria** (entre outros temas), mas, por ser caro, não é feito com frequência.

Voltemos ao presente. Se em 2018 a estimativa foi que as operadoras e canais pagos estavam perdendo pelo menos R\$ 10 bilhões anuais com **pirataria** de conteúdo, e só os governos estariam perdendo quase R\$ 1,5 bilhão anual em impostos, imaginem os valores atuais com os novos conteúdos.

E é esse justamente o problema: desde 2018, não é mais a TV paga o alvo principal dos piratas, e sim os serviços de streaming.

Somente entre 2019 e 2020 o consumo dessa nova mídia subiu mais de 180%, como esta coluna informou com exclusividade no ano passado.

Especialistas ouvidos para esta reportagem dizem não duvidar de que o prejuízo somado entre TV paga

e streaming já deva ter passado dos R\$ 15 bilhões só no Brasil. Se não for ainda maior.

Daí a necessidade que apontam de ser feito um novo cruzamento de dados e pesquisas com o recorte do Pnad.

Streaming é outra conversa

O problema é que combater a **pirataria** de streaming é muito mais difícil que a dos canais pagos.

Graças à disseminação de venda de caixas (legalizadas, é bom dizer) de IPTV (**Internet** Protocol Television), distribuidores de **pirataria** estão dando um verdadeiro "nó" em empresas como Netflix, Globoplay e Disney.

Por exemplo, hoje TODO o acervo da Netflix, Globoplay ou da Amazon etc. pode ser acessados por várias caixas (chamadas também de "boxes TV") com apenas algumas mudanças na configuração do aparelho.

Os piratas (verdadeiras empresas sem sede física, na verdade) simplesmente baixam todo o acervo de filmes dessas empresas e os armazenam em servidores e sedes em países longínquos.

Um exemplo corriqueiro e material: Clayton Nunes, CEO da produtora de filmes eróticos Brasileirinhas, comprou uma "box TV" recentemente e descobriu que um dos canais acessíveis na caixa se chama justamente: "Brasileirinhas".

Ele descobriu que esse canal "pirata" tem todo o acervo de sua produtora (mais de 2.000 filmes) e o servidor está hospedado possivelmente num país do

Continuação: Análise: Serviços de streaming enfim acordaram para a pirataria

leste europeu. Sem apoio de governos, ele ou seus advogados não têm o que fazer.

Daí a importância que entidades como o ABTA e empresários veem para que governos e embaixadas passem a reforçar o combate à **pirataria**.

"Se nós ao menos descobrirmos em que países estão hospedados os servidores de **pirataria**, e se os governos colaborarem, pode ser que nós não ganhemos a luta, mas vamos dar trabalho para os criminosos e derrubar os servidores", afirma o CEO.

Outro lado

Procurada para comentar o assunto, a Globo enviou a seguinte nota oficial:

"A Globo tem o constante compromisso de defesa dos **direitos** autorais e a **pirataria**, que causa danos e é passível de punição, é alvo de nossa atenção.

Participamos ativamente de ações de combate à **pirataria** e de esclarecimento e compreensão a respeito da ilegalidade e dos riscos de sua utilização. Igualmente, utilizamos diversas tecnologias e estratégias de proteção ao nosso conteúdo."

Outro lado 2

Procurada, a Netflix não quis comentar.

Ricardo Feltrin no Twitter, Facebook, Instagram e site Ooops

Colunista do UOL

YouTube derruba jogo em canal oficial da NBA por direitos autorais da Globo

ESPORTES



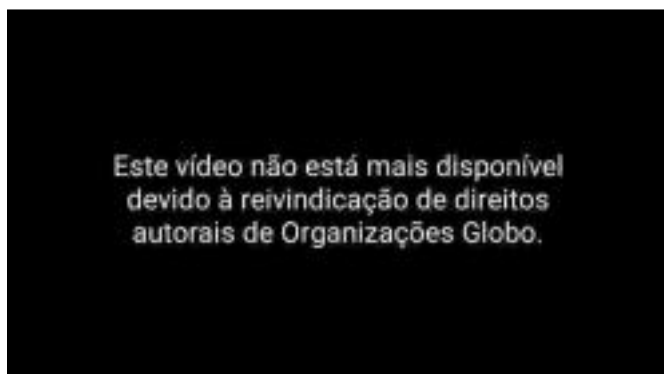
O canal oficial da NBA no Brasil no YouTube teve sua transmissão interrompida durante a partida entre Toronto Raptors e Milwaukee Bucks na noite de hoje por "reivindicação de **direitos** autorais de Organizações Globo".

O jogo estava no intervalo do primeiro quarto, o Toronto vencia o Milwaukee por 33 a 26, e o narrador Roby Porto fazia as considerações da partida com a comentarista Alana Ambrosio quando a transmissão foi derrubada.

Uma tela preta surgiu com a mensagem de que "este vídeo não está mais disponível devido à reivindicação de direitos autorais de Organizações Globo".



A transmissão do primeiro quarto segue disponível, mas não está mais ao vivo. A partida foi retomada em outro link e já no terceiro quarto com o placar de 58 a 41 para o Toronto.



Conferência debate importância das indicações geográficas

Evento é promovido pelo IEA-RP e pelo Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas da FEA-RP

Indicações geográficas identificam produtos ou serviços como originários de uma determinada região ou país. Consideradas parte da propriedade intelectual, essas identificações também têm sido objeto de debates mercadológicos e estudos acadêmicos.

Para discutir a importância delas no desenvolvimento territorial, o Instituto de Estudos Avançados Polo Ribeirão Preto (IEA-RP) da USP e o Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPublic) da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da USP promovem no dia 22 de fevereiro, a partir das 18h, a conferência "**Indicações** Geográficas como Política de Desenvolvimento Territorial".

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas neste link. O evento terá transmissão pelo canal do IEA-RP no YouTube. Os participantes inscritos receberão certificados posteriormente.

Participam como debatedores a integrante do Conselho Regulador da **Indicação** Geográfica da Farinha de Bragança (PA) Natascha Penna, a docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Augusta Pelinski Raiher e a docente da UEPG e pós-doutoranda da FEA-RP/USP Mirna de Lima Medeiros.

Elas vão abordar, entre outros temas, a importância de **indicações** geográficas e o papel do poder público, o propensity score matching como método de avaliação de políticas públicas e o desenvolvimento territorial nas **indicações** geográficas. A mediação é do docente da FEA-RP/USP e coordenador do GPublic João Luiz Passador.

Mais informações sobre o evento: iearp@usp.br.

MIGALHAS nº 5.041

Gestão de **Direitos** Autorais

Estão abertas as inscrições para o curso "Gestão de **Direitos** Autorais no Mercado Editorial - Modulo II", promovido pelo Centro de Educação Continuada da **ABPI** - Associação Brasileira da **Propriedade** In-

telectual. As aulas serão ministradas por Gustavo Martins de Almeida, e participação especial de Pedro Millet, diretor de Inovação da Fênix Editorial. Programação completa e inscrições pelo site. Associados da **ABPI** têm desconto especial. (Clique aqui)

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 6, 10, 12, 14

Pirataria
3, 12

Software
8

Denominação de Origem
15

ABPI
16